

UMA AVALIAÇÃO DO PROINFO E SUA GESTÃO NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN.

Dr. Lincoln Moraes de Souza (Orientador)¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
(lincolnmoraes@ufrnet.br)

Ms. Maria das Vitórias Ferreira da Rocha²
Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP)
(vitoria_ellegancecenter@hotmail.com)

RESUMO

Este trabalho objetiva avaliar aspectos da gestão do ProInfo no Município de Parnamirim/RN, principalmente, como se realizam as atividades/ações dos professores envolvidos no programa. Como procedimento metodológico realizou-se uma avaliação de processo, com base em análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas. Constatou-se que o ProInfo carece de avaliações periódicas pela equipe gestora do programa, através de instrumentais que possibilitem uma visualização mais realista de seus resultados do programa, confrontados aos oficiais.

Palavras-chave: ProInfo; Avaliação; Políticas Públicas.

¹ Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, atuando principalmente nos seguintes temas: análise e avaliação de políticas públicas, Estado, democracia, gestão popular e governo. É líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP).

² Doutoranda do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Atua como membro regular do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP) da UFRN.

INTRODUÇÃO

Avaliar em sentido lato significa julgar, estimar, medir, classificar, ordenar, aferir ou analisar criticamente o mérito, o valor, a importância, a relevância ou a utilidade de algo ou alguém. Enquanto em sentido estrito, avaliar é determinar o mérito e a prioridade de um projeto de investimento ou de um programa social, geralmente financiado com recursos públicos, voltados para resolução de um determinado problema econômico ou social. Por isso, o que chamamos avaliação é geralmente caracterizado, na literatura especializada, como avaliação de programas.

A avaliação não traz a ideia de consenso único, embora no sentido geral seja uma forma de atribuir valor, mas, na realidade, o que a diferencia em sua operacionalização são os seus diferentes conceitos. Um aspecto que se coloca como central na avaliação é poder comparar uma situação, isto é, o que se espera que aconteça ou aconteceu, e, a partir da observação, investigar se realmente o que foi programado ou proposto obteve um nível de alcance, seja de modo parcial ou integral.

Para a formulação de políticas, implica-se eleger dentre as opções que suscitem maior interesse na agenda governamental, sendo essa a que será formulada. A implementação de uma política, muitas vezes confundida com a efetividade e a operacionalização, ocorre, primeiramente, quando aquela ação é transformada (legalizada) ou quando essa política se transforma em programa por meio de um conjunto de ações interligadas e em projetos como a unidade menor de um programa.

A avaliação é, pois, uma ação que objetiva destacar o que se observa de uma política, programa ou projeto, se está se desenvolvendo bem ou mal, se é correta ou não, e se necessita de modificações. Assim, a avaliação tem um papel importante porque traz informações significativas para tomada de decisões, permitindo comparar os objetivos programados e os resultados alcançados, possibilitando parcialmente a transparência das ações governamentais ou não governamentais, sendo utilizadas em algumas situações financeiras para condicionar a liberação e a destinação de recursos, legitimando as instituições e, em momentos específicos, subsidiando o controle social.

A avaliação de políticas públicas relaciona-se à avaliação das políticas de determinados setores: educação, segurança, saúde, emprego, etc. Sobre os objetivos, métodos e técnicas, a avaliação de políticas públicas traz como perspectivas a eficácia, eficiência e efetividade. No caso da eficácia, considera-se a relação entre o previsto e o realizado; a eficiência, por seu turno, enfatiza como os recursos financeiros estão sendo utilizados; e a

efetividade enfoca o que realmente foi modificado na vida dos beneficiários (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986).

Quanto a sua tipologia, a avaliação pode ser: de impacto ou resultado e somativa e de processo ou formativa. A avaliação de impacto é considerada por alguns autores como avaliação de resultado, por sua vez é muito mais restrita e corresponde em grande parte ao que Scriven (1967) considera no campo da educação de avaliação somativa. Ao comparar e procurar observar se um programa produziu realmente aquilo que se esperava e o que pode ser visto por meio do custo-benefício, cenários e efeitos prévios, geralmente comparando-se o antes e o depois. Já a avaliação de processo, considerada para este artigo, propõe uma observação de como a política foi formulada e se a maneira como ela é vista pode evidenciar se existe coerência entre os instrumentos, quais os elementos que dificultam ou dificultarão sua implementação correspondendo, no geral, ao que Scriven (1967) chama de avaliação formativa.

Nessa perspectiva, a avaliação de processo é considerada um instrumento de maximização e aferição de eficácia, o que pode ser observado se as metas, os objetivos e os resultados propostos por um programa ou projeto foram realmente alcançados. Poderíamos ainda acrescentar se os objetivos e as metas estão sendo praticados na direção vista, de modo a contemplar os mais variados aspectos do programa ou projeto, que perpassam desde a sua concepção original por meio de sua formulação ao processo de implementação e aferição dos seus efeitos ou resultados a curto, médio e longo prazo. Para Draibe (2001):

As políticas ou os programas têm vida. Nascer, crescem, transformam-se, reformam-se. Eventualmente estagnam, às vezes morrem. Percorrem, então, um ciclo vital, um processo de desenvolvimento, de maturação e, alguns deles, de envelhecimento ou decrepitude. É este ciclo (ou alguns de seus momentos) que constitui o objeto das avaliações de processos (DRAIBE, 2001, p. 26).

Sobre esse ponto, devemos considerar que as políticas e os programas também têm vida própria ao serem decididos, formulados, implementados e avaliados por pessoas ou grupos, fazendo prevalecer seus valores e interesses, na maioria das vezes, não por unanimidade, mas sim, como informa Draibe (2001, p. 26), sendo “[...] Ao contrário, o campo onde florescem as políticas e programas pode ser pensado como um campo de força, de embates, de conflitos, que se sucedem e se “resolvem” ao longo do tempo”.

Draibe (2001) apresenta algumas contribuições como pontos fundamentais para uma avaliação de processo e implementação de uma política/programa. Conforme mostra o quadro a seguir:

SISTEMAS OU SUBPROCESSOS	ELEMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROCESSO DA POLÍTICA	INDICADORES DE EFICÁCIA
Sistema gerencial e decisório	Independente de onde um programa circunscreve, o seu desenvolvimento é apoiado em uma estrutura organizacional que interesse ao avaliador, estando sob um gerenciamento específico que impulse sua implementação.	Competência dos gerentes; capacidade de implementar decisões; graus de centralização/descentralização
Processos de divulgação e informação	Predominam a necessidade de divulgação de informações do programa pelo menos aos que serão beneficiados. O sucesso dependerá de os meios de comunicação chegarem clara e suficientemente ao público interno (avaliador) e externo (agentes executores, população interessada).	Diversificação dos canais; suficiência e qualidade das mensagens; % público atingido; adequação de prazos; agilidade do fluxo.
Sistemas de seleção	Apontam, de modo geral, os agentes envolvidos nos programas, sejam os que implementarão (agentes implementadores) ou o público a que se destina (beneficiários).	Publicização: competitividade do processo; qualidades dos sistemas de aferição de mérito; adequação do grupo selecionado aos objetivos do programa.
Sistemas de capacitação	Indispensáveis em qualquer programa para verificação do cumprimento das tarefas que lhes são atribuídas e a capacidade dos agentes na implementação, bem como os beneficiários.	Competência dos monitores; duração e qualidade dos cursos: conteúdos; didáticas; avaliações dos beneficiados.
Processos de monitoramento e avaliação internos	Permitem que haja um monitoramento na implementação dos programas pelos seus gerentes, principalmente em sua fase inicial. Internamente, restringe-se a examinar os registros administrativos e coletar opiniões dos agentes implementadores.	Monitoramento: regularidade; abrangência; agilidade na identificação de desvios e incorreções; capacidade/agilidade em recomendar correções (<i>feedback</i>). Avaliação interna: regularidade; graus de participação e

		comprometimento dos atores e <i>stakeholders</i> ; efetividade (em extrair lições, propor e recomendar melhorias, promover aprendizagem institucional).
Sistemas logísticos e operacionais (atividade-fim)	Apontam a implementação e a operacionalização da atividade fim do programa, antes que se torne rotineiro, sendo importante que avalie sua implementação por meio do financiamento e de seus gastos, averiguando se os recursos financeiros são suficientes para se atingir os objetivos propostos, podendo ser maximizados.	Suficiência dos recursos; prazos e fluxos; qualidade da infraestrutura e material de apoio.

QUADRO 1 - Sistemas ou subprocessos da implementação de políticas públicas
Fonte: DRAIBE (2001, p. 38). Sistematização própria.

Os critérios apresentados por Draibe (2001), apontados no quadro acima, elegem sistemas e processos, que contribuíram como foco de análise para uma avaliação de processo da implementação de uma política pública. Dentre estes, trabalhamos com a abordagem dos *sistemas de capacitação* e os *processos de monitoramento e avaliação internos*.

Nesse sentido, a avaliação de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple desde a sua formulação até os seus resultados deverá ter como propósito a obtenção de um norte que sirva como guia para as tomadas de decisões e orientações quanto a sua continuidade, necessidade de modificação ou, até mesmo, sua suspensão. Ou seja, a avaliação de processo, pode mensurar e regular o desempenho de programas, tornando-se necessário definir medidas para aferição dos resultados alcançados e em andamento, denominados de critérios de avaliação.

Assim, um desafio que opera na difusão da prática na avaliação de projetos no setor público, é descobrir meios práticos de medir o desempenho dos programas. É importante conduzir informações que possibilitem aos responsáveis pela gestão e aos sujeitos envolvidos em um programa uma visibilidade sobre os seus efeitos e a necessidade de eventuais modificações, em busca da melhoria nos resultados alcançados, ou para apontar sua inviabilidade. Para Cotta (1998):

[...] a avaliação pode e deve ser feita concomitantemente às outras fases do ciclo das políticas públicas, a saber, construção da agenda, formulação e implementação, dado que em todas elas há decisões importantes a serem tomadas. Assim, dependendo do momento em que é realizada e das necessidades de quem a encomenda, a pesquisa avaliativa serve a múltiplos propósitos, como, por exemplo, orientar ajustes em programas em andamento, determinar até que ponto foram alcançados os objetivos previamente estabelecidos, apontar os êxitos e fracassos de um programa e investigar os efeitos imprevistos (positivos e negativos) da intervenção (COTTA, 1998, p. 106).

Para que o processo de avaliação de uma política pública possa ser levado adiante, alguns elementos expressos na figura a seguir, devem ser considerados:

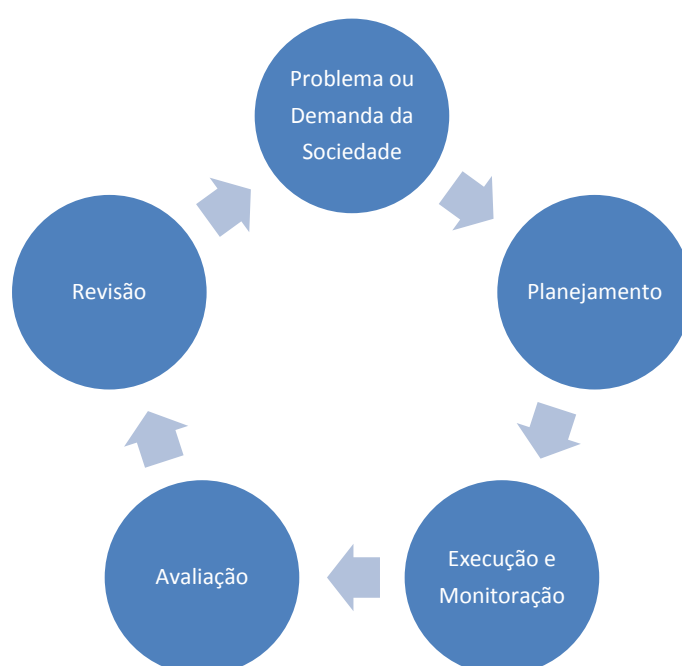


Figura 1 - Ciclo de Gestão de Políticas Públicas. Fonte: Ministério do Planejamento (2010).

A figura apresenta o ciclo de gestão de políticas públicas composto fundamentalmente dos processos: 1) Diagnóstico do problema ou demanda; 2) Planejamento; 3) Execução e Monitoramento; 4) Avaliação; 5) Revisão. Observa-se através da figura, que o foco de todo processo avaliativo, inicia-se pela situação-problema, motivando o planejamento para elaboração dos programas e projetos.

O avaliador é impulsionado a considerar a estratégia de implementação de uma determinada intervenção e suscitar o questionamento das mudanças provocadas em uma dada realidade por meio da utilização da avaliação. Assim, é importante, identificar os principais atores envolvidos (*stakeholders*), representados pela instituição responsável pelo programa, à equipe integrada pelos gestores dos programas e os beneficiários.

Ao se avaliar uma política, tomando como base uma política pública governamental, deve-se compreender que esta possui níveis de alcance numa dimensão decrescente. Por exemplo, a política educacional conceitua-se em um nível de intervenção da educação mais abrangente; já o programa compõe uma entre as ações desenvolvidas por uma política; e o projeto constitui-se na unidade menor das ações que integram um programa (DRAIBE, 2001).

O avaliador de políticas públicas se defronta com questões que desde o início implicam sobre suas decisões, sobretudo em saber qual o tipo de pesquisa e o recorte programático que pretende fazer do seu objeto. Isso ocorre porque nem sempre se tem claro o tipo de avaliação que será feita. Será uma avaliação de uma política, de um programa ou de um projeto? Contudo, para que a avaliação tenha viabilidade, seja da mais restrita a mais abrangente, deve-se dispor de recursos intelectuais, materiais e metodológicos.

A avaliação de programas agrupa três metodologias básicas para fins analíticos. A *avaliação de metas*, que tem como finalidade medir o grau de sucesso em relação às metas previamente estabelecidas e alcançadas em um programa. A *avaliação de impacto*, que busca identificar o previsto e o executado, isto é, se o programa proporcionou mudanças a um grupo-alvo e se estas ocorreram na direção almejada. Por fim, a *avaliação de processo*, que investiga como está sendo o andamento de um programa quando de sua implementação (COSTA & CASTANHAR, 2003).

Costa & Castanhar (2003) sugerem algumas técnicas que podem ser utilizadas para que a avaliação de processo possibilite uma melhoria no desenho e na especificação de um programa, dentre elas propõem:

Avaliação formativa: baseada em dados coletados de projetos pilotos e de beneficiários, ao longo da realização de uma determinada intervenção e que permite obter informações sobre a viabilidade de determinadas atividades e instrumentos e em que medida eles são adequados ao desenho planejado e aos beneficiários previstos (COSTA & CASTANHAR, 2003, p. 985, grifos do autor).

No Brasil, a avaliação de políticas públicas é mais frequente na avaliação de programas, a exemplo de nossa pesquisa, com a avaliação do ProInfo. Utilizamos como metodologia a *avaliação de processo*, verificando os fatores facilitadores e possíveis defeitos e obstáculos que operam durante sua implementação, produzindo informações importantes que condicionarão para reprogramação e mudanças no seu conteúdo durante a sua própria execução. Diferente da avaliação de metas e de impacto, a avaliação de processo se realiza conjuntamente ao desenvolvimento no tempo, identificando o conteúdo de um programa

público, sendo também identificada em termos gerais com a *avaliação formativa* (COSTA & CASTANHAR, 2003).

No campo das políticas públicas voltadas para a educação formuladas e implementados pelo Estado brasileiro, e paralelo a este cenário, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que possui, formalmente, o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, levando para as escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para o uso das máquinas e tecnologias.

Daí a importância de se considerar a partir de uma perspectiva política, o surgimento do ProInfo enquanto política pública voltada para a educação. Com origem e concepção arraigada aos ditames e diretrizes dos organismos multilaterais internacionais, preconiza-se como uma política pública traçada implicitamente entre os objetivos e metas do PNE (2001-2010).

O ProInfo um programa proposto pelo MEC visando um processo de universalização do uso de tecnologia no sistema público de ensino, faz parte do conjunto de ações voltadas para o fortalecimento da ação pedagógica na sala de aula e na gestão da escola, integradas às políticas educacionais emanadas pelo governo. Conceitua-se com vista à melhoria da qualidade de ensino da educação pública brasileira, buscando a diversificação dos espaços e de novas formas metodológicas para a construção do conhecimento, frente ao papel da educação numa sociedade informatizada.

Os recursos públicos investidos no ProInfo, segundo os documentos oficiais, buscam em primeiro lugar, a garantia na capacitação de recursos humanos. Em segundo, a exigência de uma infraestrutura física adequada às necessidades e de um suporte técnico que assegure o funcionamento dos equipamentos e seu uso educacional. E, em terceiro, a implementação e descentralização do Programa proposta MEC, de modo a torná-lo flexível e contextualizado.

Na busca pela promoção do uso pedagógico da informática na rede pública de ensino de todo o país, o ProInfo disponibiliza para as escolas computadores, recursos multimídia e conteúdos educacionais. A infraestrutura dos laboratórios de informática é mantida pelas secretarias de Educação dos estados e municípios.

Oficializado pela Portaria MEC Nº 522, publicada em 09 de abril de 1997, instituindo o Programa Nacional de Informática na Educação. A Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, cria o Plano Nacional de Educação e trata no Art. 6, da Educação a Distância e das

Tecnologias Educacionais, estabelecendo suas diretrizes, traçando objetos e metas. Posteriormente, o decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Desenvolve-se mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, com vistas à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

O decreto Nº 6.300 de 13 de dezembro de 2007, altera a portaria Nº 522, dispõe sobre a ampliação do ProInfo, traça objetivos e responsabilidades para o programa, modificando o antigo *Programa Nacional de Informática na Educação* para *Programa Nacional de Tecnologia Educacional*. Sua fundamentação também é respaldada em alguns dispositivos da LDB (Lei nº 9.394/96), especialmente no Art. 32, Inciso II, que objetiva para a formação básica do cidadão, no ensino fundamental, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. No Art. 35, Inciso IV, traz a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina no ensino médio.

De acordo com Castells (1999), a principal consequência do uso das novas tecnologias na sociedade é com relação à economia, isso porque nesse novo momento a própria informação se torna produto do processo produtivo. Diferente de outras épocas em que informação e conhecimento apesar de estarem presentes como elementos cruciais na economia e terem relação com a capacidade produtiva da sociedade e dos padrões de vida até então desenvolvidos, eram auxiliares apenas, e não produto da produção econômica.

Especificamente no Brasil, percebe-se que tanto a reforma do Estado quanto a “era da informação” tem imposto mudanças significativas à educação em âmbito nacional. Neste contexto, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, particularmente a partir do ano de 1995, a educação e as demais políticas públicas ganham importância estratégica para as reformas educativas, alicerçadas na chamada reforma do Estado e ancoradas na ideia de Estado mínimo³. Essa é uma perspectiva de reabilitação do mercado como instância reguladora por excelência das relações econômicas e sociais, em evidente contraposição ao Estado de bem estar social e com restrições impostas pela regulação exercida na esfera política.

³ Seguindo a inspiração de Goodin (1988), registramos que no universo de regras práticas em que se move o neoliberalismo, o argumento do Estado mínimo é advogado pelo máximo, não pelo mínimo: principalmente no que diz respeito à sua responsabilidade social, afirma-se tão somente a fronteira demarcadora do máximo até onde deveria e poderia ir o Estado.

Assim, ao se expandir a sociedade brasileira com novas tendências e perspectivas políticas, também são influenciadas nas instituições de ensino articulações diretamente relacionadas ao conhecimento e à aprendizagem, postulando-se no sistema educacional a presença cada vez mais consciente de sujeitos dele integrantes. Essa complexificação traz novos ditames para a gestão dos sistemas, das unidades escolares em particular ou em qualquer setor institucionalizado, determinando sua forma de organização, que busca, geralmente, atender e transformar suas metas e objetivos, dando concretude à direção traçada pelas políticas públicas setoriais, em especial as educacionais.

No Brasil, a gestão da educação sofreu significativas modificações na última década do século XX, sob a égide da formulação de uma nova base legal, formulada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96. Essas transformações, principalmente concernentes ao aspecto de descentralização da educação básica, materializam-se na necessidade e na importância de formas de gestão e operacionalização que abranjam variadas atividades, envolvendo discussões sobre os currículos e a utilização da informática na escola, como é o caso do *Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)*, objeto de nossa pesquisa.

A gestão da educação, como já vimos, é orientada em grande parte por leis e normatizações oriundas da esfera federal, estadual e municipal, remetendo em nível administrativo a uma série de fóruns e coordenações que agregam Secretários Estaduais e Municipais de Educação, respectivamente, representados por Conselhos, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

A discussão gerada em torno das políticas e da gestão da educação tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas, tanto no cenário nacional quanto internacional. Destacamos a ação política assumida por diferentes atores, contextos e marcos regulatórios que proveram as orientações, compromissos e perspectivas, sendo estes assimilados e naturalizados pelos gestores de políticas públicas (FAHEL & NEVES, 2007).

Nessa ótica, é importante situar as políticas que direcionam a gestão da educação básica através da avaliação das propostas de ações dos programas e estratégias vinculados ao governo federal. Trata-se, portanto, de buscar apreender os limites e as possibilidades da gestão, de modo a propiciar meios institucionais que contribuam para a materialidade das políticas de gestão e de organização educacional no Brasil.

Para Garcia (2000), a gestão educacional é entendida como um conjunto de ações articuladas da política educativa, em suas distintas esferas. Isso significa que em um país

federativo como o Brasil, a União, Estados e Municípios têm responsabilidades solidárias no cumprimento do dever, presente na constituição, de oferecer educação pública de qualidade para todos.

Na formulação das políticas públicas deve-se procurar a identificação de aspectos determinados e as similaridades presentes nas orientações da educação básica, tentando compreendê-la dentro do quadro das reformas educacionais a partir dos anos de 1990, para a educação pública e, em especial, na democratização.

É nessa década que a democratização do ensino público assume um papel importante no âmbito da educação básica, visando, pelo menos em termos oficiais, o caráter da qualidade, permanência e conclusão da escolaridade como um direito social. Para tal, o Estado enfatiza a gestão da educação pública, com vistas ao cumprimento de seus objetivos, equacionando problemas e otimizando recursos. Por essa razão, a luta pela universalização do ensino perpassa as políticas públicas e gestão da escola, pois, segundo Oliveira (2000) a crise educacional surge como uma questão administrativa do Estado, sendo necessário uma reformatação para que tal situação mude, algo que só começa a alterar na década de 1990. Além de que o movimento social que considerava a escola excludente e autoritária, passou a exigir maior democracia na gestão da educação.

Desse modo, é necessário assegurar uma gestão que contemple as competências, as normas e os mecanismos jurídicos de proteção ao direito à educação como um serviço público, com finalidade universal e gerida com garantias que versem pela igualdade perante a lei e, na prática, pelas condições e oportunidades vigentes para todos, sem distinções.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo que busca identificar a eficácia da gestão do ProInfo no Município de Parnamirim/RN, principalmente, como estão sendo realizadas as atividades/ações dos professores envolvidos no programa, comparados aos objetivos propostos nos documentos oficiais. Tomamos como procedimentos metodológicos a análise documental, a revisão bibliográfica e a realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas da gestão pública do programa nos níveis estadual e municipal e com os professores que participaram dos cursos de capacitação, por ser este, um dos principais objetivos propostos nas ações do ProInfo.

Adotamos como questões de pesquisa: Como o ProInfo está realizando as atividades dos professores envolvidos no programa de modo a atingir seus objetivos de forma

eficaz? E escolhemos como hipótese central do trabalho que o ProInfo estabelece um elo frágil e descontínuo entre a gestão das atividades dos professores e os objetivos a que ele se propõe. Hipótese essa que foi validada a partir da análise da pesquisa de campo, quando encontramos uma série de aspectos limitantes da eficácia do programa no âmbito municipal.

Podemos citar o fato de que a maioria dos professores que participou das capacitações do ProInfo não adquiriu um conhecimento aprofundado acerca dos objetivos propostos pelo programa, com exceção do próprio objetivo de capacitação do programa, bastante ressaltado pelos professores. Outro ponto com maior destaque está relacionado à realização dos cursos de capacitação. Verificou-se que as três fases dos cursos de formação só são realizadas, em sua maioria, pelos professores regentes. Já os professores de sala de aula participam principalmente da primeira fase (Introdução à Educação Digital).

Com relação à avaliação dos professores sobre os cursos de capacitação realizados, verificamos que tanto os professores regentes quanto os professores de sala de aula citaram como aspecto negativo, o tempo de duração curto, assim como a abrangência do seu conteúdo. De acordo com seus pontos de vista, deveriam ser específicos para os níveis e modalidades de ensino.

Outro destaque na pesquisa foi à insuficiência de computadores nos laboratórios de informática para suprir as demandas da sala de aula, pois muitas vezes as salas possuem entre 30 a 40 alunos, sendo que o próprio planejamento para a implantação dos laboratórios contemplam apenas 15 computadores e são insuficientes ao atendimento da demanda.

No tocante ao acompanhamento dos professores que participaram dos cursos de formação, constatou-se que por parte da coordenação municipal do programa só acontece com os professores regentes, ocorrendo encontros mensais que direcionam o desenvolvimento das atividades propostas para os laboratórios, buscando um *feedback* do uso das tecnologias nas escolas. Com os professores de sala de aula, não existe acompanhamento após a capacitação por parte da gestão do município. Nesse caso, fica dependendo de uma avaliação dos professores regentes, sobre o desenvolvimento das atividades propostas pelo professor de sala de aula para os laboratórios de informática.

Verificamos ainda que os professores de sala de aula afirmam haver mudança em suas práticas pedagógicas a partir da participação nos cursos do ProInfo. No entanto, essa informação se contradiz quando se confrontam com os dados que apontam que sem a presença do professor regente nos laboratórios, os professores de sala de aula ficam sem atividade, já que, também, não há maiores iniciativas de implementar a capacitação.

Dentre as principais dificuldades encontradas na operacionalização dos laboratórios pelos professores, destacam-se a grande quantidade de equipamentos quebrados e sem a devida manutenção. Essa situação influencia no uso dos laboratórios, pois, há uma constante demora na manutenção dos equipamentos dos laboratórios por parte da empresa que ganhou a licitação para execução (Positivo). Quanto a esse ponto, ressaltamos que a secretaria de educação do município de Parnamirim dispõe de uma equipe composta por técnicos que poderiam realizar a manutenção dos laboratórios. Contudo, ficam impossibilitadas de efetivar essa ação. Os equipamentos perderiam a garantia, caso sejam concertados por empresa que não fosse a Positivo.

Levando em consideração a análise dessas informações obtidas na pesquisa e confrontando-a com o referencial teórico utilizado, basicamente Figueiredo e Figueiredo (1986) e Draibe (2001) com os focos de análise eleitos para essa pesquisa, os sistemas de capacitação e os processos de monitoramento e avaliação internos, desenvolvemos nossa avaliação de processo.

Identificamos sobre o primeiro foco os *sistemas de capacitação* que os conteúdos abordados nos cursos, não são específicos para os níveis e modalidades de ensino, o que seria mais adequado para um melhor aproveitamento dos cursos no planejamento das aulas. Também se destaca que o tempo de realização dos cursos não foi suficiente para um aproveitamento adequado dos conteúdos abordados, precisando-se, segundo os professores *os processos de monitoramento e avaliação internos*, estender a carga horária. Quanto ao segundo foco de análise, , identificamos que não há o monitoramento das atividades implementadas no âmbito geral do programa, uma vez que, apenas os professores regentes têm acompanhamento periódico da coordenação do programa, suas atividades planejadas e direcionadas.

Levando em consideração todos os dados obtidos e elencados nesse texto sobre a pesquisa, a avaliação de processo do ProInfo indica a necessidade de o programa realizar uma série de mudanças em sua formatação para que venha a obter maior eficácia. Entre essas, podemos citar: revisão do processo geral de capacitação e acompanhamento; maior disponibilidade de tempo para a realização dos cursos; cursos específicos para níveis e modalidades de ensino e acompanhamento direcionado aos professores de sala de aula sobre as atividades desenvolvidas no laboratório de informática.

Percebe-se ainda que o MEC, apesar de responsabilizar a coordenação pela implantação dos ambientes tecnológicos, de acordo com os documentos oficiais, não

acompanha nemavalia sistematicamente as ações desenvolvidas pelo ProInfo em nível estadual e municipal.

Com base nas informações coletadas no Município de Parnamirim do Rio Grande do Norte/RN, constatou-se que o ProInfo carece de avaliações periódicas por parte dos órgãos gestores do programa, acerca das ações desenvolvidas. Carece, pois, de instrumentais adequados, que possibilitem uma visualização realista dos resultados do programa, *ex post* (durante ou após) (DRAIBE, 2001). Isto nos leva a concluir que é importante o desenvolvimento e a ampliação de estudos posteriores que avaliem esse programa como um todo no Rio Grande do Norte, para que se conheça de forma, sistemática e detalhada acerca de sua implementação e os possíveis resultados que o programa tem obtido como política pública em educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dez de 1996. **Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Brasília: Diário Oficial da União, 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos- SPI. **Indicadores de programas**: Guia Metodológico / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - Brasília: MP, 2010.128 p.: il. color.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 1. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos**: desafios conceituais e metodológicos. RAP, Rio de Janeiro, v. 5, n. 37, set./out. 2003.

COTTA, Tereza Cristina. **Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais**: análise de resultados e de impacto. Revista do Serviço Público, ano 49, n. 2, Abr./Jun. 1998.

DECRETO nº 6.300, 12 de dezembro de 2007. Ministério da Educação, Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6300.htm>. Acesso em 04 jan. 2012.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO,

Maria do Carmo Brant de. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil**. PUC Minas, 2007.

FIGUEIREDO, Marcos Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas. **Análise & Conjuntura**, v.1, n. 3, Belo Horizonte, set./dez. 1986.

GARCIA, Walter E. Tecnocratas, educadores e os dilemas da gestão. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOONDIN, Robert E. **Reasons for welfare**. N. Jersey, Princeton Univ. Press, 1988.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2000.

SCRIVEN, Michael. The Methodology of Evaluation: In: TYLER, Ralph W; GAGNÉ, Robert M; SCRIVEN, Michael (ed.). **Perspectives of Curriculum Evaluation**. AERA, Monograph Series on Curriculum Evaluation, n. 1, Chicago: Rand McNally & Co., 1967.